



Informativo

Programa de Comunicação Social Regional dos Empreendimentos Marítimos da Petrobras na Bacia de Sergipe-Alagoas

Aracaju (SE), agosto de 2016 - ANO 10 Nº 1



A realização do Programa de Comunicação Social Regional é uma medida de mitigação exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal, conduzido pelo IBAMA.

PEAC: Novo Conselho Gestor e nova coordenação do Programa são marcas importantes do primeiro semestre de 2016



Mesa de abertura do VIII Encontro do PEAC



Plenária do VIII Encontro do PEAC



Oficina de Educomunicação com os conselheiros do PEAC

No final do ano de 2015 foi eleita a 4ª gestão do Conselho Gestor durante a oitava edição do Encontro Anual do Programa de Educação Ambiental com as Comunidades Pesqueiras (PEAC). Na oportunidade foi aprovado por unanimidade o programa da chapa "Desistir Nunca, Lutar Sempre", composta por 23 titulares e igual número de suplentes.

Participaram do encontro representantes da 3ª gestão do conselho e os delegados eleitos nas comunidades da área de abrangência do programa, além de representantes da Universidade Federal de Sergipe, da Petrobras e da Coordenação Geral de Petróleo e Gás do IBAMA.

Nova coordenação na UFS

Outra novidade do Programa está relacionada à equipe da Universidade Federal de Sergipe (UFS) que executa o PEAC. Desde o final de março a coordenação das atividades migrou do Departamento de Serviço Social para o Departamento de Geografia, contando agora com uma equipe conduzida pelos professores Maria do Socorro Ferreira da Silva e Genésio José dos Santos.



Professora Maria do Socorro e Professor Genésio, do Departamento de Geografia da UFS, na reunião do Conselho Gestor em abril de 2016

Desenvolvida na forma de convênio com a Petrobras, a atuação da UFS continuará possibilitando o envolvimento de professores e pesquisadores, licenciandos e bacharelandos. Para a professora Maria do Socorro, é

um prazer e, ao mesmo tempo, um desafio coordenar um projeto dessa natureza, tanto pela magnitude e relevância do projeto como pelo cenário de instabilidade em que o país se encontra. "Além da importância de desenvolver projetos de mitigação junto às comunidades litorâneas abrangidas pelo PEAC, o convênio possibilitará contribuições no processo de formação profissional, pois tende a fortalecer as bases teórico-metodológicas inerentes às questões socioambientais, à luz da relação teoria-prática", ressaltou a coordenadora.



Equipe técnica do PEAC diligencia com conselheiros ações para os projetos de compensação

Reuniões do novo Conselho

Já em sua nova formação, o Conselho Gestor segue realizando regularmente suas reuniões. O primeiro semestre de 2016 foi marcado por importantes reuniões. Entre as principais discussões realizadas, os papéis de atores sociais envolvidos no Licenciamento Ambiental; a organização do conselho, sua estrutura e desenvolvimento das atividades, seu estatuto e regimento interno.

Na reunião realizada em fevereiro, os conselheiros conheceram o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), um programa federal criado em 2004 para implementar a produção de biocombustíveis com foco na inclusão social e no desenvolvimento regional.

Em maio, os conselheiros participaram da primeira oficina de Educomunicação e Comunicação Popular, conduzida pelo jornalista Pedro Alves. Durante a atividade, eles discutiram a função social da mídia, o monopólio dos meios de difusão no Brasil e a necessidade da democratização da comunicação. Para estimular a discussão, foi exibido o filme "Levante sua voz – a verdadeira história da mídia no Brasil", de Pedro Eckman e Coletivo Intervezes.



Analista Cecília Gonçalves, do IBAMA, em reunião do Conselho Gestor do PEAC

Na mesma reunião os conselheiros contaram com a presença da analista do IBAMA Cecília Gonçalves, que discutiu os projetos de compensação pendentes. Cecília ressaltou a importância do protagonismo dos conselheiros na busca de soluções para os impasses encontrados e avaliou como muito positivo o trabalho que a equipe técnica do PEAC tem feito com eles para discutir detalhes da situação dos projetos de cada município e identificar ações que possam ser diligenciadas pelos conselheiros. Como resultado desse trabalho, já é possível registrar um envolvimento bem maior de conselheiros na solução de pendências envolvendo documentos e associações, na viabilização de doações privadas e em reuniões junto ao poder público em busca da doação de terrenos.

MUNICÍPIO:	COMUNIDADE DE ORIGEM:	CONSELHEIRO:	SUPLENTES / COMUNIDADE DE ORIGEM:
Brejo Grande	Resina	 Ailton Rosa dos Santos	Adriano Santos Dahora - Saramém
	Brejo Grande - Sede	 Domenicio José dos Santos	Maria Madalena dos Santos Souza - Brejão dos Negros
Pacatuba	Santana dos Frades	 Maria de Fátima Santos Gentil	Elizamar Santos Domingos - Tijupares
	Junça	 Marivalda Domingos Silva	Gerlânia Neres Santos - Fazenda Nova
Pirambu	Aguilhadas	 Enio Pereira Rabelo	Leandro Augusto Cruz dos Santos - Aningas
Barra dos Coqueiros	Touro	 Aníbal Moura	Robson Valido de Santana - Jatobá
	Pontal da Barra	 Vandson dos Santos	Marcelo Santos Gonçalves - Pontal da Barra
Aracaju	Mosqueiro	 Maria Adriana dos Santos	Gilza Maria Santos Silva - Bairro Industrial
	Farolândia	 Adilma Gomes Santos	José Ailton do Nascimento Silva - Atalaia Velha
São Cristóvão	Arame I	 Gilvan Bispo de Jesus	Murilo Virgílio dos Santos - Colônia Miranda
	Rita Cacete	 João dos Santos	Maria Madalena Santos - Ilha Grande
Itaporanga	Ilha de Mem de Sá	 Maria Elizabete Santos	Adelmo Cardoso Santos - Ilha de Mem de Sá
	Caueira	 Maria Antônia Castor dos Santos	Maria Valdinete Conceição Santos - Paruí
Estância	Massadiço	 Djalma José de Jesus	Raimundo Rodrigues - Farnaval
	Muculanduba	 José Oliveira dos Santos	Maria Celma Santos - Porto do Mato
Santa Luzia do Itanhy	Crasto	 Josiane Souza Santos	Cleidiane Ramos Lima - Crasto
	Cajareiras	 Antônio Costa de Souza	Ginalda Costa dos Santos - Cajazeiras
Indiaroba	Terra Caída	 Engle França Santos	Lícia Maria Bittencourt Santos - Saguim
	Santa Terezinha	 Osvaldo Francisco Gomes	Jonas Cardoso do Nascimento - Preguiça
Jandaíra/BA	Abadia	 Maxsuell Reis Barbosa	Érick Leonardo dos Santos - Mangue Seco
	Coqueiro	 José Carlos Ferreira do Nascimento	Flabísio dos Santos Oliveira - Costa Azul
Conde/BA	Poças	 Clécio Cardoso dos Santos	Anselmo Luiz Santos Pimenta - Sítio do Conde
	Barra do Itariri	 Laécio Oliveira dos Santos	Elizangela Silva dos Santos - Siribinha

Marisqueiras de Sergipe planejam ações de luta e mobilização

Prosseguindo com os encaminhamentos do II Encontro Inter-Regional das Marisqueiras, as pescadoras artesanais atuam para fundação do Movimento



Marisqueiras em reunião de planejamento para a estruturação do MMS



Bandeira do Movimento das Marisqueiras de Sergipe



Marisqueiras e equipe técnica do PEAC

Representantes das mulheres marisqueiras de Sergipe estiveram, no início de maio, no Parque da Cidade, em Aracaju, para planejamento das ações da comissão articuladora do Movimento das Marisqueiras de Sergipe (MMS).

Com participação de dez mulheres marisqueiras de oito comunidades da área de abrangência do PEAC – Muculanduba, Tibúrcio, Porto do Mato, Mosqueiro, Bairro Industrial, Terra Caída, Indiaroba, Pedra Furada, Santa Luzia do Itanhi e Rita Cacete – as pescadoras artesanais discutiram formas de articulação diante das diferentes realidades vividas e definiram a agenda de atividades para os próximos períodos.

Durante todo o mês de maio e junho, as integrantes da Comissão Articuladora do MMS trabalharam em *grupos de base* no planejamento das reuniões eletivas das coordenações locais, metodologia adotada no processo educativo junto à Comissão Articuladora do MMS, que possibilitou envolver de forma mais efetiva os membros da Comissão no planejamento das ações previstas no Plano de trabalho de 2016-2017.

Essas atividades fazem parte do processo de construção do Movimento e estruturação de suas bases e lideranças.

Nesse processo metodológico, a Comissão se subdividiu em três grupos de base (GB): GB Estrutura (composto pelas representantes dos povoados Bairro Industrial e Mosqueiro/Aracaju; Apicum e Rita Cacete/São Cristóvão; e Pontal/Indiaroba), GB Alianças (composto pelas duas representantes de Muculanduba e uma representante de Tibúrcio, ambos em Estância, e do povoado Pedra Furada/Santa Luzia do Itanhi) e GB Mobilização (composto pelas representantes de Porto do Mato/Estância e Terra Caída/Indiaroba).

Para Ticiane Pereira, técnica responsável pelo Projeto de Organização e Fortalecimento Sociopolítico das Marisqueiras no Litoral de Sergipe, as reuniões têm possibilitado às mulheres dar mais um passo em sua organi-



As marisqueiras se reúnem em suas próprias residências e contam com o suporte da equipe técnica do PEAC

zação. "O desafio maior está na mobilização das diversas mulheres marisqueiras do estado de Sergipe. A cada reunião, damos um passo a frente nas articulações visando o fortalecimento de um movimento que seja capaz de lutar pelos direitos e por melhores condições de trabalho das marisqueiras", explica.

As ações executadas servem para dar conta dos desdobramentos das metas estabelecidas no II Encontro Inter-Regional das Marisqueiras, que ocorreu em outubro de 2015 e reuniu mais de 80 mulheres marisqueiras das 14 comunidades envolvidas na área de abrangência do PEAC.

Condições de trabalho e o Movimento das Marisqueiras

Quem encontra os mariscos e crustáceos em restaurantes espalhados pelo estado de Sergipe não imagina os problemas vivenciados pelas marisqueiras. Desde a cata até a comercialização, o trabalho é subjugado e não possui legislação específica que regulamente e garanta melhores condições.

Estima-se hoje a existência de mais de 300

mulheres marisqueiras no estado de Sergipe. A maioria trabalha em condições precárias na captura e beneficiamento de mariscos e crustáceos e na filetagem e beneficiamento do camarão de sete barbas. As marisqueiras que desenvolvem atividades no mangue, no rio ou no mar, ficam expostas ao sol e às doenças. Muitas delas, para se verem livres dos mosquitos, utilizam querosene no lugar de repelentes, ocasionando sérias consequências.

Já as marisqueiras que executam atividade da filetagem do camarão passam horas sentadas em bancos improvisados, em lugares que não possuem condições apropriadas de trabalho.

Ana Elísia, da comunidade de Terra Caída, município de Indiaroba, aponta a necessidade de articulação das mulheres e fortalecimento do Movimento de Marisqueiras de Sergipe. "Precisamos estar juntas porque passamos por diversos problemas. Quem come os mariscos pouco sabe das dificuldades e riscos que enfrentamos. O movimento vai nos dar força para exigir os nossos direitos", afirma.

Projeto monitora impacto do descarte de água produzida nas atividades da Petrobras nos campos marítimos de águas rasas

A água é lançada por um emissário submarino a uma distância de 2,7km da costa

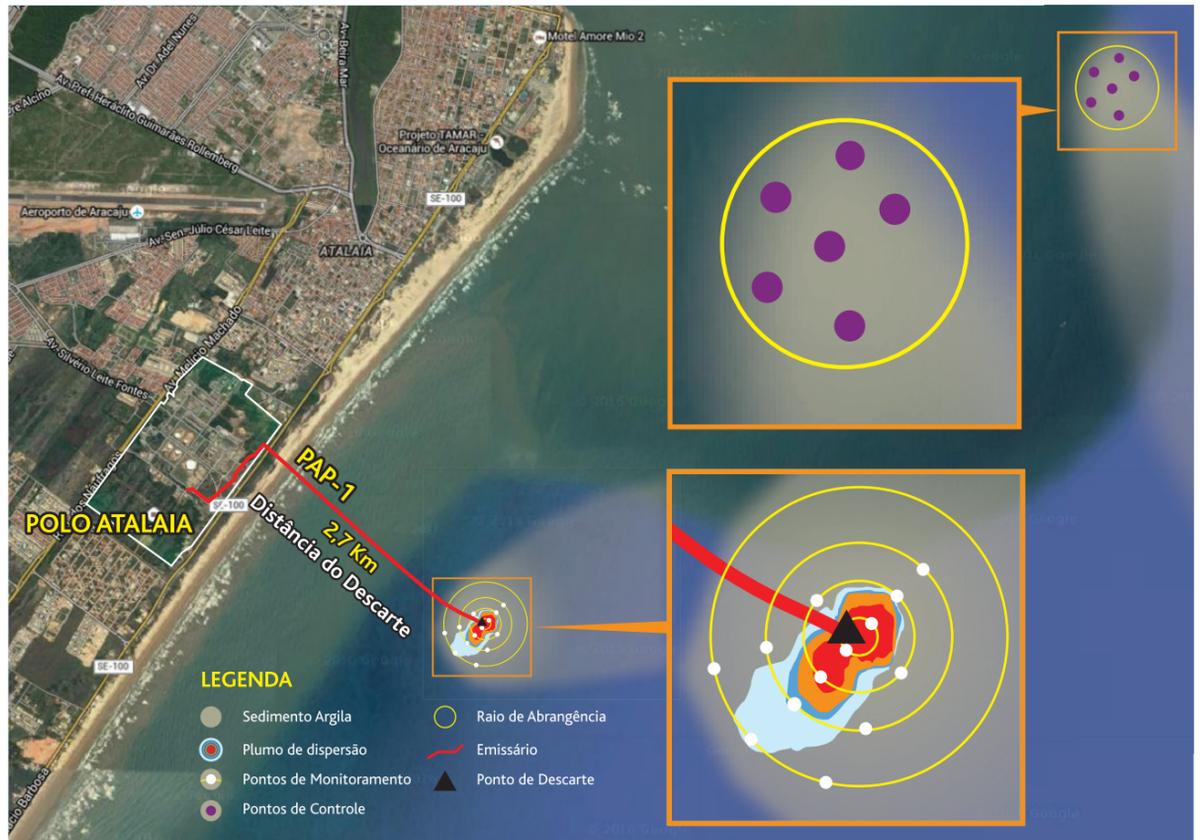
O Projeto de Monitoramento Ambiental do Emissário Submarino do Ativo de Produção Sergipe Mar (PME) da Petrobras é uma das condicionantes do licenciamento ambiental dos campos marítimos localizados em águas rasas da Bacia de Sergipe/Alagoas.

O principal objetivo do projeto é fornecer elementos técnicos e científicos para o acompanhamento dos impactos causados pelo descarte de água produzida no mar. Essa água, que é retirada dos reservatórios juntamente com o petróleo, recebe um tratamento específico para a redução do teor de óleo e graxas (TOG), de modo a atender a legislação ambiental (Resolução CONAMA 430/11). Após o devido tratamento, é realizado o descarte da água produzida através de um emissário submarino, denominado PAP-1, localizado na Estação de Produção de Atalaia, em Aracaju, cujo ponto final de lançamento fica a 2,7 km da costa.

Para o monitoramento, são coletadas amostras nas proximidades da área de descarte e também numa área que não está sujeita aos efeitos do descarte de água produzida ("área controle"), cujos resultados de análise são utilizados como parâmetro comparação para uma melhor compreensão dos impactos causados pelo lançamento desse efluente.

O PME busca avaliar a qualidade físico-química da água do mar e do sedimento marinho, detectar possíveis efeitos biológicos por meio de estudos ecotoxicológicos e monitorar as variações qualitativas e quantitativas das comunidades biológicas (foraminíferos e endofauna).

Foram definidas 19 estações de amostragem, considerando o posicionamento do emissário, a batimetria (profundidade do mar), as condições hidrodinâmicas da região e os cálculos que estimaram como ocorre a dispersão da água produzida após seu lançamento no mar (pluma de dispersão do efluente). Dessas estações, 13 foram posicionadas no entorno da saída do emissário e seis na área controle, fora da influência da pluma de dispersão do efluente. As estações de coleta estão representadas na figura do canto superior direito.



Na figura é possível identificar o Polo Atalaia e a porção do mar onde é feito o monitoramento, com indicação dos pontos mais próximos do descarte (Pontos de Monitoramento - Branco) e daqueles usados como comparação (Pontos de Controle - Roxo)



Amostrador de sedimento do tipo VanVeen



Coleta de água do mar com garrafa Go-Flo



CTD utilizado para a medição da temperatura (°C) e da salinidade



Coleta de sedimento utilizando *box corer*

A realização das campanhas de monitoramento considerou, ainda, os períodos seco (dezembro a janeiro) e chuvoso (junho a julho) da região.

Foram analisados compostos orgânicos e inorgânicos; toxicidade aguda e crônica; bem como outros parâmetros complementares (nitrito, nitrito, nitrogênio amoniacal, sulfeto e carbono orgânico total).

Os resultados obtidos na campanha de monitoramento do último período chuvoso de 2015 não indicam alterações na qualidade da água do mar decorrentes do lançamento do efluente via emissário.

O relatório referente ao período seco foi apresentado para análise e aprovação do IBA-MA em julho de 2015 e o relatório da campanha do período chuvoso foi encaminhado em fevereiro de 2016.

Plano de monitoramento ambiental avaliou impacto do vazamento de oleoduto da Petrobras

O monitoramento foi realizado no mar e nas praias atingidas e não indicou contaminação ambiental relacionada ao vazamento

Como parte das ações de resposta ao vazamento de um duto da plataforma PCM-06, ocorrido em abril de 2015, a Petrobras elaborou, por determinação do IBAMA, um Plano de Monitoramento Ambiental, com o objetivo de avaliar os possíveis efeitos do vazamento sobre a água e o sedimento da porção marinha da costa de Sergipe e a presença de óleo nas praias atingidas.

O plano amostral previu a realização de análises de substâncias consideradas representativas para contaminação por petróleo, tendo sido realizadas duas campanhas de monitoramento, uma na primeira semana de maio de 2015 e a segunda cerca de 30 dias após a realização da primeira, no período de 5 a 11 de junho de 2015.

A área de amostragens de sedimento e coleta de água abrangeu o entorno da plataforma PCM-06 e estações de controle, localizadas fora da área de influência do vazamento. Além disso, foram considerados a posição do duto, a profundidade do oceano, as condições hidrodinâmicas da região e o deslocamento da mancha de óleo.

As coletas foram realizadas em praias e no ambiente marinho. No ambiente marinho foram estabelecidas 31 estações de coleta, concentradas em seis pontos. Nas sete praias atingidas (Mosqueiro, Caueira, Abais, Saco, Mangue Seco, Coqueiros e Costa Azul) foram coletadas amostras de solo. A localização dos pontos de coleta está representada no mapa do plano amostral.

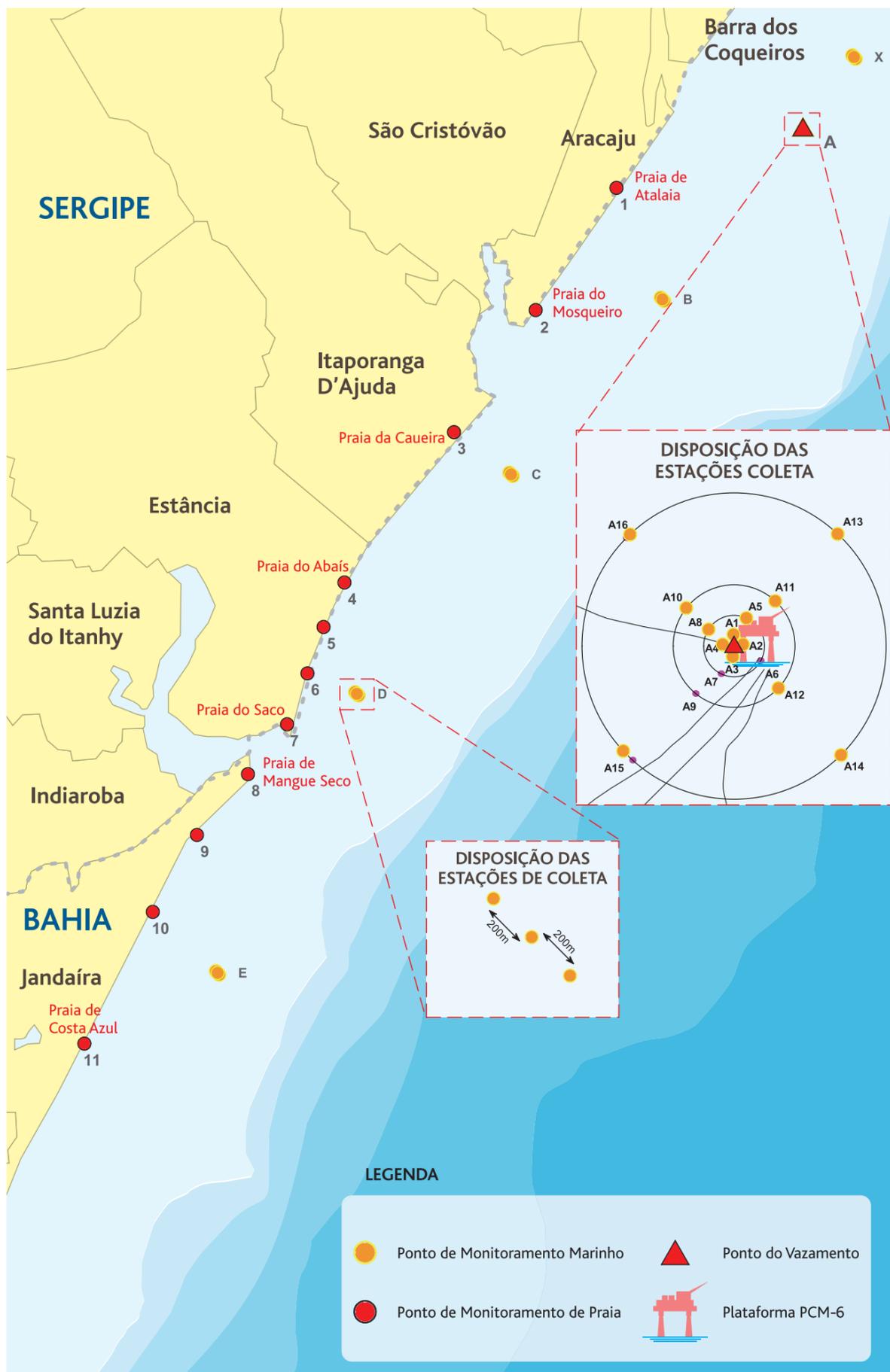
Resultados

As coletas realizadas nas duas campanhas de monitoramento resultaram na emissão de aproximadamente 1.500 laudos de análises.

Com base nos resultados obtidos, não foi possível constatar um padrão de contaminação ambiental relacionado ao vazamento do duto da plataforma PCM-06.

Isto pode ter acontecido pelo fato de grande parte do óleo ter sido removida pelas embarcações de recolhimento de óleo ou ido para as praias (onde foi totalmente recolhido e levado para uma destinação adequada) e outra parte ter sido dispersa pelas correntezas, resultando em baixas concentrações nos pontos amostrados.

As informações sobre as campanhas de monitoramento foram encaminhadas para análise do IBAMA, que ainda vai se manifestar com relação aos resultados apresentados.



O Plano amostral aprovado pelo IBAMA considerou a coleta de amostras na praia e no mar, com uma maior concentração de coletas próximo ao local do vazamento



Navio R/V Ocean Stalwart, uma das embarcações que atuaram na campanha de coleta



A atividade de limpeza foi realizada em todas as praias afetadas e o material coletado submetido a análise no Plano de Monitoramento

Projeto Observatório Social de Royalties promove intercâmbio comunitário e discussão sobre políticas públicas

As atividades do Observatório vêm ampliando articulação com projetos desenvolvidos no PEAC



Jovens de Pirambu conhecem experiência sobre turismo de base comunitária em Ponta dos Mangues



Reunião entre integrantes do Observatório, programa Territórios da Cidadania e Instituto Uruçu



Reunião da equipe técnica do PEAC com a representante do Prodetur, Karen Andrade

Desde meados de 2014 o Projeto Observatório Social dos Royalties vem sendo desenvolvido no município de Pirambu. Ele faz parte das ações do PEAC em atendimento às exigências do licenciamento ambiental definidas pelo IBAMA à Petrobras.

O Observatório Social de Royalties envolve moradores de nove povoados e da sede de Pirambu com o objetivo de contribuir para ampliar o conhecimento da população sobre royalties decorrentes da produção de petróleo e discutir publicamente a necessidade do controle social de sua aplicação. Reunidos num Grupo de Trabalho (GT), os componentes participam de encontros formativos desenvolvidos juntamente com a equipe técnica, ações de produção e divulgação de informações de interesse público relativas a royalties, políticas públicas e realidade social do município.

De acordo com os membros do GT, ao longo deste ano as reuniões e atividades do Observatório vêm permitindo um diálogo mais qualificado entre os projetos desenvolvidos

no PEAC.

Nos meses de março e abril as atividades estiveram voltadas para o planejamento do novo plano de trabalho. Além disso, durante uma reunião ordinária do Conselho Gestor foram apresentadas as atividades, metodologia e resultados do projeto, que tem a Educação como um dos principais eixos. Por sua vez, o conselho esteve representado em uma das reuniões do GT do Observatório com a participação de Djalma José de Jesus, conselheiro por Estância.

A participação da juventude de Pirambu nos debates e discussões realizadas pelo Observatório tem sido um objetivo importante, com destaque para o aprofundamento da discussão sobre o setor produtivo no município e a avaliação das contas municipais do exercício de 2015.

Intercâmbio

No mês de junho foi realizada uma atividade de intercâmbio sobre turismo de base comunitária junto às comunidades de Ponta

dos Mangues e Resina, em parceria com o Núcleo da Juventude do Baixo São Francisco Sergipano, do Programa Territórios da Cidadania do Governo Federal e com o Instituto Uruçu. A iniciativa buscou estimular a reflexão dos jovens pirambuenses sobre o modelo de desenvolvimento, as ameaças do turismo de base empresarial e a necessidade de alternativas capazes de garantir a permanência da juventude em suas comunidades.

Também na linha de discussão sobre turismo comunitário, em julho foi realizada reunião com Karen Andrade, da Secretaria de Estado do Turismo e do Esporte (Setesp). Durante o encontro foi possível conhecer melhor as propostas daquele tipo de turismo e a aplicação de recursos que poderiam ser disponibilizados através do Prodetur/SE. A ocasião também foi proveitosa para iniciar uma discussão sobre possibilidades de articulação do Plano de Ação para Educação da Prodetur com ações do PEAC. A representante da Setesp se prontificou a fazer uma apresentação ao Conselho Gestor na reunião de setembro.



TELEFONES ÚTEIS

Telefones 0800 da Petrobras (Ligação gratuita)

Se estiver em Sergipe ou Bahia
0800 079 3434

Se estiver em Alagoas
0800 082 3434

Escritórios da Petrobras em Aracaju

(79) 3212 2228

ou

(79) 3212 2255

Email: launseal@petrobras.com.br

Linha verde IBAMA (Ligação gratuita)

Central de atendimento
0800 61 8080

Informativo dos Empreendimentos Marítimos da Petrobras na Bacia de Sergipe/Alagoas é uma publicação do Programa de Comunicação Social Regional, medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Nilo Azevedo Duarte - gerente geral da Petrobras - Unidade de Operações de Exploração e Produção de Sergipe e Alagoas; **Ana Cláudia Gonçalves do Nascimento** - gerente setorial de Atendimento e Integração Regional de Comunicação e Marcas; **Ricardo Leal Costa Santos** - responsável pela publicação - CONRERP 309 (7ª Região); **Lucas Brito Miranda** - editoração eletrônica; **Alcione Martins e Pedro Alves** - jornalistas colaboradores; **Luís Sávio Sousa** - colaborador; **Fotografias** - acervo Petrobras, Bénette Cruz, Janet Cahet, Pedro Alves; **Endereço:** Rua Acre, 2504, Bloco F, Bairro América, Aracaju/SE, CEP 49.080-010, **Fone** (79) 3212-2228, **Email:** launseal@petrobras.com.br; **Tiragem:** 5.000 exemplares.